ALUMINI ENGENHARIA S.A. ("EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL")

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

ALUMINI ENGENHARIA S.A.

Demonstrações contábeis individuais (controladora) e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações de resultados individuais e consolidados

Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidados

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido individuais e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Tel.: +55 11 3848 5880
Fax: + 55 11 3045 7363
www.bdobrazil.com.br

Rua Major Quedinho 90
Consolação – São Paulo, SP - Brasil
01050-030

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Alumini Engenharia S.A. - "Em recuperação judicial"
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Alumini Engenharia S.A. – "Em recuperação judicial" ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, que é conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Limitação pelo não acompanhamento do inventário físico pela auditoria

Pelo fato de termos sido contratados pela Companhia após 31 de dezembro de 2014, não acompanhamos a realização dos inventários físicos dos estoques na referida data, nem foi possível satisfazermos sobre a existência dos estoques por meio de procedimentos alternativos de auditoria. Consequentemente, não temos condição de opinar, e por isso não opinamos, sobre a exatidão do montante de R$ 112.365 mil, registrado na conta de "Estoques".

Não cumprimento dos covenants atrelados às debêntures

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía debêntures classificadas no passivo não circulante no montante de R$ 261.544 mil, para os quais o Instrumento Particular de Escritura da Segunda Emissão de Debêntures Simples (Escritura) inclui cláusulas de "covenants". Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não cumpriu com os índices financeiros mínimos estabelecidos na cláusula 6.1 de "covenants" da Escritura, deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data base das demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia dependia de deliberação futura dos debenturistas, conforme estabelecido na escritura. A Administração da Companhia optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2014 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R$ 261.544 mil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Alumini Engenharia S.A** em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Recuperação Judicial

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2 e nota explicativa nº 24, a Companhia protocolou o pedido de recuperação judicial em 15 de janeiro de 2015 e teve o deferimento em 20 de janeiro de 2015, dependendo a sua continuidade operacional, desta forma, do êxito do seu plano de recuperação e demais medidas que estão sendo tomadas por sua Administração. O plano de recuperação final foi homologado e aprovado pelo judiciário em 22 de setembro de 2015 e pela comissão de credores em 25 de setembro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações contábeis foram preparadas presumindo-se a continuidade normal das operações da Companhia.

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.4 às demonstrações contábeis, encontra-se em curso de investigações à operação denominada "Lava Jato". A operação "Lava Jato", deflagrada em março de 2014, investiga um grande esquema de lavagem e desvios de dinheiro envolvendo a Petróleo Brasileiro S.A ("Petrobrás") e empreiteiras. A Companhia participou do desenvolvimento de algumas obras da Petrobrás, mediante parcerias com outras empreiteiras, sendo que, as principais obras estão relacionadas na nota explicativa nº1. Até o momento a Companhia não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial em trâmite que a envolva e, tampouco, suas controladas ou qualquer de seus representantes. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer efeitos que futuramente e eventualmente possam advir dessas investigações.

Nossa conclusão não está ressalvada em função dos assuntos mencionados acima.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As informações contábeis individuais e consolidadas relativas ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado de 3 de abril de 2014, com as modificações descritas abaixo:

a) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuí um investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial na coligada Alta Energia S.A, que apresenta um patrimônio líquido negativo de R$ 3.355 mil. Devido a existência de patrimônio liquido negativo, o saldo do investimento está registrado na rubrica de Provisão para perda no montante de R$ 1.679 mil no balanço patrimonial individual e consolidado, assim como o prejuízo de R$ 287 mil se encontra registrado na demonstração do resultado individual e consolidada da Companhia no exercício findo naquela data. As demonstrações financeiras da Alta Energia S.A. de 31 de dezembro de 2013 não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, consequentemente não foi possível satisfazermo-nos quanto à necessidade de ajustes sobre esses valores e nas divulgações em notas explicativas.

b) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía debêntures classificadas no passivo não circulante no montante de R$ 99.744 mil, para os quais o Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples (Escritura) inclui cláusulas de "covenants". Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não cumpriu com os índices financeiros mínimos estabelecidos na cláusula VII (xxi) de "covenants" da Escritura, deixando assim de ter o direito incondicional de efetuar os pagamentos classificados como não circulantes após doze meses da data base das demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia dependia, conforme estabelecido na Escritura de deliberação futura dos debenturistas. A Administração da Companhia optou por não reclassificar o montante citado acima para o passivo circulante. Esse procedimento, em nosso entendimento, está em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013 o passivo não circulante está apresentado a maior e o passivo circulante está apresentado a menor em R$ 99.744 mil.

São Paulo, 21 de Janeiro de 2016.

BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1

Francisco de Paula dos Reis Júnior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador CRC 1 SP 223326/O-3

Alumini Engenharia S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
Ativo		**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	39.430	101.986	26.656	91.190
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	1.192.828	790.929	1.127.091	744.374
Estoques	7	112.365	145.855	112.365	145.855
Ativo fiscal corrente	8.a	154.729	49.581	153.325	47.774
Adiantamento a fornecedores de serviços	9	187.181	124.345	185.131	123.499
Pagamentos antecipados		1.577	2.351	1.532	2.284
		1.688.110	1.215.047	1.606.100	1.154.976
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	57.260	127.275	58.729	124.082
Ativo fiscal diferido	8.b	13.253	9.990	-	-
Investimentos	10	2.799	2.838	26.837	29.360
Imobilizado	11	127.781	140.686	113.008	125.671
Intangíveis		778	1.167	767	1.148
		201.871	281.956	199.341	280.261
Total do ativo		1.889.981	1.497.003	1.805.441	1.435.237

	Nota	Consolidado		Controladora	
Passivo		**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	118.982	421.190	91.943	397.081
Debêntures	13	135.952	74.785	135.952	74.785
Fornecedores e outras contas a pagar	14	467.742	235.646	450.860	209.392
Salários, férias e encargos sociais		234.305	82.312	232.316	80.488
Contribuições e impostos a recolher		115.810	58.225	110.086	52.390
Provisão para imposto de renda e contribuição social		629	12.732	-	10.840
Adiantamento de clientes	15	77.317	799	48.056	799
Parcelamento de impostos	16	5.571	3.786	5.571	3.786
Dividendos	18.C	3.722	7.588	3.722	7.588
Receita diferida		-	52.294	-	52.294
		1.160.030	949.357	1.078.506	889.443
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	12	16.312	79.963	8.382	74.951
Debêntures	13	261.544	99.744	261.544	99.744
Fornecedores e outras contas a pagar	14	1.167	109	12.099	10.133
Parcelamento de impostos	16	35.575	15.428	35.575	15.428
Provisão para perda de investimento	10.d	9.183	14.052	9.183	14.052
Provisão para contingências	17	15.596	11.992	15.526	11.992
Passivo fiscal diferido	8.b	31.431	7.446	25.486	584
AFAC	6	20.998	-	20.998	-
		391.806	228.734	388.793	226.884
Patrimônio líquido					
Capital social	18	204.966	204.966	204.966	204.966
Reserva de lucros		126.621	107.388	126.621	107.388
Ajustes acumulados de conversão		6.555	6.556	6.555	6.556
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		338.142	318.910	338.142	318.910
Participações de acionistas não controladores		3	2	-	-
Total patrimônio líquido		338.145	318.912	338.142	318.910
Total do passivo e patrimônio liquido		1.889.981	1.497.003	1.805.441	1.435.237

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alumini Engenharia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ações)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita	19	1.868.558	1.691.010	1.752.566	1.574.125
Custo dos serviços prestados/mercadorias revendidas		(1.554.768)	(1.511.852)	(1.454.608)	(1.408.740)
Depreciação		(15.902)	(14.323)	(15.902)	(14.323)
Lucro bruto		297.888	164.835	282.056	151.062
Despesas de vendas		(2.120)	(1.856)	(1.469)	(921)
Administrativas e gerais	20	(50.128)	(41.170)	(37.245)	(30.795)
Depreciação		(3.840)	(3.791)	(521)	(1.166)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(9)	44	748	(1.441)
Reversão (Provisão) para perda de investimento	10	4.869	(3.670)	4.869	(3.670)
Outras receitas operacionais		23.266	11.962	22.482	11.657
Outras despesas operacionais		(116.049)	(4.936)	(115.903)	(4.853)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras liquidas e impostos		153.877	121.418	155.017	119.873
Receitas financeiras	21	13.564	20.700	12.598	20.050
Despesas financeiras	21	(129.844)	(98.960)	(127.041)	(98.023)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(116.280)	(78.260)	(114.443)	(77.973)
Lucro antes dos impostos		37.597	43.158	40.574	41.900
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	8.c	(629)	(39.341)	-	(36.799)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	8.c	(21.295)	26.848	(24.902)	25.564
Lucro do exercício		15.673	30.665	15.672	30.665
Lucro atribuível aos:					
Acionistas controladores		15.672	30.665	15.672	30.665
Acionistas não controladores		1	-	-	-
Lucro do exercício		15.673	30.665	15.672	30.665
Lucro por ação - controladores		0,08	0,15	0,08	0,15
Lucro por ação - não controladores		0,000005	-	-	-
Ações ordinárias de controladores		204.966.000	204.966.000	204.966.000	204.966.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alumini Engenharia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Lucro (prejuízo) do exercício	15.673	30.665	15.672	30.665
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(1)	(413)	(1)	(413)
Resultado abrangente total	15.672	30.252	15.671	30.252
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	15.672	30.252	15.671	30.252
Acionistas não controladores	-	-	-	-
Resultado abrangente total	15.672	30.252	15.671	30.252
(Prejuízo) lucro por ação - controladores	0,08	0,15	0,08	0,15
(Prejuízo) lucro por ação - não controladores	-	-	-	-
Ações ordinárias de controladores	204.966.000	204.966.000	204.966.000	204.966.000

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alumini Engenharia S.A.

Demonstrações de mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

		Controladora							
			Reserva de lucros						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros	Ajustes acumulados de conversão	Lucros ou (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio atribuíveil aos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013		204.966	4.738	79.268	6.969	-	295.941	2	295.943
Lucro do exercício		-	-	-	-	30.665	30.665	-	30.665
Reserva legal		-	1.533	-	-	(1.533)	-	-	-
Dividendos		-	-	-	-	(7.283)	(7.283)	-	(7.283)
Reservas estatutárias		-	-	21.849	-	(21.849)	-	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-	-	(413)	-	(413)	-	(413)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		204.966	6.271	101.117	6.556	-	318.910	2	318.912
Lucro do exercício		-	-	-	-	15.672	15.672	1	15.673
Reserva legal	18.b	-	784	-	-	(784)	-	-	-
Dividendos	18.c	-	-	7.283	-	(3.722)	3.561	-	3.561
Reservas estatutárias	18.b	-	-	11.166	-	(11.166)	-	-	-
Outros resultados abrangentes:									
Ajuste de conversão de moeda estrangeira		-	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	18	204.966	7.055	119.566	6.555	-	338.142	3	338.145

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Alumini Engenharia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes dos impostos	37.597	43.158	40.574	41.900
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	19.874	18.114	16.423	15.489
Despesas financeiras líquidas	26.251	21.180	25.869	20.298
Provisões para contingências	3.604	4.201	3.534	4.568
Ajuste para liquidação de devedores duvidosos	2.576	57	2.576	57
Ajuste de perda de notas de créditos	7.273	-	7.273	
Provisão (reversão) de perda dos estoques	84.411	(2.194)	84.411	(2.194)
Reversão de perda de adiantamento a fornecedores	-	(3.733)	-	(3.733)
Ajuste de perda de ICMS	20.098	-	20.098	
Alienação de investimento, imobilizado e intangível	13.607	3.439	13.113	665
Provisão para perda de investimentos	(4.869)	3.670	(4.869)	3.670
Resultado de equivalência patrimonial	9	(44)	(748)	1.441
	210.431	87.848	208.254	82.161
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes e outros créditos	(341.733)	(137.093)	(327.213)	(121.940)
Estoques	(50.921)	(35.164)	(50.921)	(35.164)
Ativo fiscal corrente	(125.246)	15.616	(125.649)	16.388
Adiantamento a fornecedores	(62.836)	48.590	(61.632)	49.233
Pagamentos antecipados	774	(188)	752	(121)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores e outras contas a pagar	233.154	13.845	243.434	(3.900)
Salários, férias e encargos sociais	151.993	27.263	151.828	26.349
Contribuições e impostos a recolher e impostos parcelados	79.517	22.798	79.628	19.753
Adiantamentos de clientes	76.518	(56.995)	47.257	(51.039)
Dividendos	(849)	(4.179)	(308)	(4.179)
Receitas diferidas	(52.294)	41.760	(52.294)	41.760
	(91.923)	(63.747)	(95.118)	(62.860)
Imposto de renda e na contribuição social pagos	(12.732)	(27.008)	(10.840)	(25.960)
Juros de empréstimos pagos	49.029	50.551	48.007	49.932
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	154.805	47.644	150.303	43.273
Fluxos de caixa de atividades de investimento				
Integralização de capital	-	(255)	-	(255)
Redução de capital	-	-	-	3.370
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(20.187)	(21.977)	(16.492)	(11.137)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(20.187)	(22.232)	(16.492)	(8.022)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	20.998	-	20.998	-
Dividendos recebidos	-	4.306	3.273	7.385
Captação de empréstimos e financiamentos	1.338.980	485.902	1.268.980	384.893
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(1.557.152)	(567.758)	(1.491.596)	(481.287)
Fluxo de caixa aplicados proveniente das atividades de financiamento	(197.174)	(77.550)	(198.345)	(89.009)
(Diminuição) aumento no caixa e equivalentes de caixa	(62.556)	(52.138)	(64.534)	(53.758)
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	101.986	154.124	91.190	144.948
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	39.430	101.986	26.656	91.190
	(62.556)	(52.138)	(64.534)	(53.758)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Contexto operacional e recuperação judicial

1.1. Contexto operacional, situação financeira, recuperação judicial e operação lava jato

A Alumini Engenharia S.A – "Em Recuperação Judicial" ("Companhia"), foi constituída em 29 de janeiro de 1988 na cidade de São Paulo, Capital, e tem como objeto social dentre as atividades principais a prestação de serviços de engenharia civil, elétrica, hidráulica, de telecomunicações e revenda de mercadorias.

A Companhia participa das seguintes parcerias:

- Possui participação de 50% no Consórcio ALUMPE no qual atua como administradora e líder. O Consórcio ALUMPE é uma associação entre a Alumini Engenharia S.A. e a MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. para execução do novo sistema de cogeração, aplicações de subestações e construção de uma nova subestação para as Unidades Recuperadoras de Enxofre (URE's) em Paulínia, Estado de São Paulo. Em 31 de dezembro de 2014 a construção já havia sido concluída; Possui participação de 33,34% no Consórcio Alusa - Galvão - Tomé no qual atua como administradora e líder. O Consórcio Alusa-Galvão-Tomé é uma associação entre a Alumini Engenharia S.A., Galvão Engenharia S.A. e Tomé Engenharia e Transportes S.A. para fornecimento de materiais, equipamento e serviços relativos à análise de consistência do projeto básico, projeto executivo, venda de mercadorias, construção civil, montagem eletromecânica, comissionamento, apoio a pré-operação e a operação assistida, assistência técnica e treinamentos para construção na área "On-Site" na Refinaria Landulpho Alves de Mataripe, no município de São Francisco do Conde, Estado da Bahia. Em 31 de dezembro de 2014 a construção já havia sido concluída;
- A Companhia possuía a participação de 60% no Consórcio Alusa-CBM e a partir de 01/11/13 passou a deter 99,9% no qual atua como administradora e líder.

O Consórcio Alusa-CBM é uma associação entre a Alumini Engenharia S.A. e a Construtora Barbosa Mello S.A. para implantação de parte das unidades da carteira de enxofre, compreendendo as unidades de tratamento de águas ácidas (U-41, U-42, U-43 e U-44), incluindo os respectivos sistemas de tancagem, seções de tratamento com MDEA para as unidades U-21 e U-22 (unidades de coqueamento retardado UCR), U-26 e U-27 (unidades de tratamento cáustico regenerativo - UTCR) e U-31 e U-32 (unidades de hidrotratamento de Diesel – UHDT-D), unidades de regeneração de MDEA (U-28, U-29, U-38 e U-39), incluindo os respectivos sistemas de tancagem, unidade de neutralização de soda (U-48), subestações SE-9300 e SE-9400, casas de controle local CCL-93 e CCL-94, interligações das unidades acima com *off-sites*, com as unidades de recuperação de enxofre (U-45 e U-46), com as unidades de abatimento de emissões - SNOx (U-93 e U-94), com as unidades de tratamento cáustico regenerativo – UTCR (U-26 e U-27) e com as unidades de hidrotratamento de diesel – UHDT-D (U-31 e U-32), incluindo fornecimento de materiais, fornecimento parcial de equipamentos, projeto, construção civil, montagem eletromecânica, preservação, condicionamento, testes, assistência à operação, assistência técnica e treinamentos, para a Refinaria Abreu e Lima S.A. RNEST, para a Implementação de Empreendimento de Unidades de Destilação Atmosférica e de Coque (IEDACR), da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás/Engenharia/IERENEST, no Município de Ipojuca, Estado de Pernambuco;

- A Companhia possuía a participação de 51% no Consórcio Alusa-MPE e a partir de 01/05/14 passou a deter 99,9% no qual atua como administradora e líder. O Consórcio Alusa-MPE é uma associação entre a Alumini Engenharia S.A. e a MPE Montagens e Projetos Especiais S.A. para a execução das obras de implantação dos tanques de petróleo e água de formação e subestação elétrica das unidades de abatimento de emissões, fornecimento de bens e FEED, elaboração do projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica, interligações e comissionamento (condicionamento, testes, apoio à pré-operação e à operação assistida) para construção, implementação de empreendimentos para o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – IECOMPERJ, no Município de Itaboraí, Estado do Rio de Janeiro;

- A Companhia possuía a participação de 49% no Consórcio EBE-Alusa e a partir de 01/08/14 passou a deter 99% no qual atua como administradora e líder. O Consórcio EBE – Alusa é uma associação entre a Empresa Brasileira de Engenharia S.A. – EBE e a Alumini Engenharia S.A. para execução das obras de implantação das unidades de abatimento de emissões – SNOX (U-93 e U-94), incluindo o fornecimento de materiais e equipamentos, construção civil, montagem eletromecânica, preservação, condicionamento, testes, assistência à operação, técnica e treinamentos, para a Refinaria Abreu e Lima S.A. – RNEST, para implementação de empreendimentos de unidades de destilação atmosférica e de coque, da Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRÁS.

  Os Consórcios não têm responsabilidade jurídica própria, e devem ser considerados como um acordo através do qual as partes cooperam-se, mutuamente, para prestação de serviços. Os ativos, passivos e resultados dos Consórcios são registrados pela Companhia na proporção de sua participação nos mesmos.

1.2. Situação Financeira

A Companhia e algumas de suas Investidas possuem significativo endividamento financeiro, principalmente para investimentos em ativos das operações. A Administração está permanentemente empenhada na reversão dessa situação. Dentre as ações buscadas pela Administração estão: a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras, visando a troca do endividamento financeiro de curto para longo prazo e a redução de encargos.

A Companhia e suas Investidas e Controladas vêm buscando alternativas adicionais para melhorar sua estrutura de capitais e reduzir seu endividamento financeiro.

Nesse sentido, a Administração da Companhia e suas Investidas e Controladas, no segundo semestre de 2014, envidaram esforços no sentido de discutir com seus principais credores uma reestruturação de sua dívida com vistas a adequar os seus compromissos a sua geração de caixa. Em conexão com esses procedimentos, em 2015, a Companhia entrou com o pedido de recuperação judicial, conforme Nota Explicativa n° 24 - Eventos subsequentes.

1.3. Recuperação judicial e plano de ação

Em virtude da situação econômico-financeira, conforme comentado acima, a Companhia protocolou em 15 de janeiro de 2015 o pedido de recuperação judicial, cujo processamento foi deferido em 20 de janeiro de 2015 e aprovado na Assembleia Geral de Credores da Companhia em 25 de setembro de 2015, conforme detalhado na Nota Explicativa n° 24 - Evento Subsequente.

Os principais pilares que sustentam a continuidade da Companhia diante da situação atual são:

- Expressiva redução de custos diretos e indiretos, através de uma reestruturação;
- Renegociação de prazos e valores com os credores;
- Diversificação da carteira de clientes;
- Prospecção de novos negócios.

A Administração avalia que com o sucesso dessas ações e com a aprovação do plano pelos credores é plenamente viável a continuidade operacional da Companhia.

1.4. Operação lava jato

A título de esclarecimento, no que se refere às noticias publicadas, nos últimos meses, em diversos meios de comunicação, sobre investigações em curso inerente a operação denominada "Lava Jato", a administração da Companhia reitera que todos contratos de prestação de serviços com a empresa Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A, foram elaborados e celebrados com estrita observância aos ditames legais videntes, principalmente com o que prevê a legislação aplicável às licitações públicas. Adicionalmente, após processo de apuração interna, confirma-se que a Companhia não tem ou teve qualquer envolvimento com os fatos relacionados com as investigações em curso, não tendo sido praticado qualquer ato irregular, seja pela Companhia ou por quaisquer de seus representantes legais. A Companhia desconhece qualquer ação em trâmite, decorrente das mencionadas investigações.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais da Companhia e suas controladas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas demonstrações contábeis individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos quotistas da controladora. As notas explicativas se referem às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Em 29 de maio de 2015 em assembleia geral ordinária realizada sede da Companhia os acionistas aprovaram por unanimidade de votos as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Esta data coincide com a data de autorização da emissão das demonstrações contábeis pelos Administradores e Diretores da Companhia.

2.2 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Contingências;
- Investimentos; e,
- Benefício a empregados.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis brasileiras adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5);
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº17).

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas brasileiras exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota nº 11** – Imobilizado;
- **Nota nº 12.b** - Arrendamentos mercantis.

As informações sobre incertezas a respeito das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período financeiro está incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota nº 5** - Contas a receber de clientes e outros créditos;
- **Nota nº 7** – Estoques;
- **Nota nº 8.b** – Ativo fiscal diferido;
- **Nota nº 17** - Provisão para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial, a Companhia mensura os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, somados aos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro, pelo custo ou pelo custo amortizado, quando esses instrumentos financeiros são classificados de acordo com sua data de liquidação (mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis).

a. Base de consolidação

- **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intergrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intergrupo, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Investida. Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros (prejuízos) acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros e prejuízos não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;

A data base das informações das controladas incluídas na consolidação é coincidente com a da controladora.

b. Moeda estrangeira

- **Transações em moeda estrangeira**

  Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

- **Operações no exterior**

  Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

  As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido.

c. Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros não derivativos**

  A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

  A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

- **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem, caixa e banco, contas a receber de clientes, outros créditos, partes relacionadas, entre outros.

- **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com prazo de vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

- **Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

Os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, debêntures, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

- **Instrumentos financeiros derivativos**

  Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2014 e de 2013.

- **Capital social**
  Ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido.

  Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto e quando consignados ao final do exercício, são reconhecidos como passivo.

d. Imobilizado

- **Reconhecimento e mensuração**
  Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando necessária.

  O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

  Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

  Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

- **Custos subsequentes**

  O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

- **Depreciação**

  A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão demonstradas na Nota Explicativa nº 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de beneficiamento e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Redução ao valor recuperável

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2014 e de 2013.

g. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arredamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial.

h. Benefícios a empregados

- **Benefícios de término de vínculo empregatício**

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando está comprovadamente comprometido, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data-base das demonstrações contábeis, então eles são descontados aos seus valores presentes.

- **Benefícios de curto prazo a empregados**

  Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

  O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

- **Plano de Contribuição definida**

  A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrado pelo Itaú Seguros e Previdência, conforme Nota Explicativa nº 6.c.

i. Custo de transação na emissão de títulos

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receita operacional

- **Revenda de mercadorias**

A receita operacional de revenda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com as mercadorias vendidas, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

- **Contratos de construção (serviços)**

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais (aditivos de contratos), ajustes de preços, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável.

Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do custo incorrido da obra, aplicando a margem esperada do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. Para os casos em que o faturamento supera o valor da receita reconhecida no resultado pelo custo incorrido é registrado no passivo como adiantamento de clientes. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

l. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo. Pagamentos contingentes de arrendamentos são registrados através da revisão dos pagamentos mínimos do arrendamento pelo prazo remanescente do arrendamento quando o ajuste do arrendamento é confirmado.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre mútuos e variação cambial com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

p. Determinação de valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

q. Novos Pronunciamentos, alterações e interpretações de normas

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014. A Companhia analisou a revisão do pronunciamento já convertido e atualizado no CPC e não identificou impactos para a divulgação destas demonstrações contábeis:

- **IAS 32** – Compensação de ativos e passivos financeiros;
- **IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27** – Entidades de investimento;
- **IFRIC 21** – Impostos;
- **IAS 36** – Redução ao valor recuperável de ativos;
- **IAS 39** – Mudança em derivativos e continuidade da contabilidade de Hedge;
- **IAS 19** – Benefícios a empregados;
- **IAS 27** – Demonstrações Separadas.

q.1. Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo International Accouting Standards Board (IASB) e ainda não foram editadas pelo CPC. Essas normas, alterações e interpretações são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desses instrumentos em suas demonstrações contábeis:

- **IAS 1** – Apresentação das demonstrações financeiras;
- **IFRS 9** – Instrumentos financeiros;
- **IFRS 14** – Contas de deferimento regulatório;
- **IFRS 11** – Acordo de compartilhamento;
- **IAS 16 e IAS 38** – Esclarecimentos sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização;
- **IFRS 15** – Receitas de contratos com clientes;
- **IAS 16** – Ativo imobilizado e IAS 41 – Ativo biológico;
- **IFRS 10** – Demonstrações consolidadas e IAS 28 – Investimento em coligada, em controladas e em empreendimento controlado em conjunto;
- **IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34** – Revisão das normas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Caixa	360	459	66	232
Bancos - Depósitos à vista	3.472	15.405	669	14.947
Aplicações financeiras de curto prazo	35.598	86.122	25.921	76.011
Caixa e equivalentes de caixa	39.430	101.986	26.656	91.190

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, com remuneração equivalente a 20% da taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) de um dia. Essas aplicações podem ser resgatadas imediatamente pela Companhia sem quaisquer descontos ou multa, ou seja, possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição do grupo a riscos de taxas de juro e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa n° 22.

5 Contas a receber de clientes e outros créditos

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Duplicatas a receber	172.530	157.211	128.460	134.028
Retenções de clientes	17.131	12.974	17.131	12.974
Medições a faturar	1.162.942	730.057	1.149.735	711.346
(-) Adiantamento de clientes	(214.599)	(169.563)	(214.599)	(169.563)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.687)	(2.111)	(4.687)	(2.111)
Partes relacionadas (nota 6)	42.663	124.646	45.090	121.576
Consórcio de obras (i)	29.820	26.456	29.820	26.456
Outras contas a receber	44.288	38.534	34.870	33.750
Total	1.250.088	918.204	1.185.820	868.456
Não circulante	57.260	127.275	58.729	124.082
Circulante	1.192.828	790.929	1.127.091	744.374

(i) Consórcio de obras: Refere-se ao resultado acumulado dos consórcios listados na Nota Explicativa nº 1 (Contexto operacional).

A Companhia tem como critério constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa para clientes em processo de concordata e para títulos vencidos acima de 360 dias que representa basicamente a perda histórica, com exceção dos valores a receber provenientes do cliente Petróleo S.A, em decorrência do mencionado logo abaixo.

5.1 Pleitos reivindicados junto a Petrobrás

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Medições a faturar – Petrobrás **(a)**	1.129.898	678.608	1.129.898	678.608
Medições a faturar – Demais clientes	33.044	51.449	19.837	32.738
	1.162.942	730.057	1.149.735	711.346
Medições a faturar – Petrobrás	1.129.898	678.608	1.129.898	678.608
(-) Adiantamento de clientes – Petrobrás	(214.599)	(158.818)	(214.599)	(158.818)
Saldo líquido a receber	915.299	519.790	915.299	519.790

(a) Medições a faturar - Petrobrás

As medições a faturar junto a Petrobrás representam os valores da quantia inicial da receita contratual e as variações de solicitações adicionais.

No caso da Petrobrás, as variações da receita inicial contratada envolveram alterações no Projeto Básico (de responsabilidade da Petrobrás) disponibilizado no momento do processo licitatório, acréscimo de escopo com inclusões de equipamentos e/ou sistemas inteiros, não reajuste das alterações em quantidades determinadas (acréscimos de matérias), apesar de cláusula contratual que prevê o reajuste imediato destas quantidades assim que identificadas.

Os pedidos incluíram também os impactos de improdutividade no empreendimento, comprovadamente apresentados pela Companhia como resultante dos diversos impedimentos da Petrobrás quanto ao prosseguimento do empreendimento pelo Consórcio (não liberação de área, burocratização desmedida e imprevisível, atraso no fornecimento de materiais e equipamentos de sua responsabilidade, ingerências provocadas por sua ostensiva fiscalização, entre outros) e ainda foram incluídos pedidos provenientes de alterações em tributos sociais.

As informações dos pleitos reivindicados junto a Petrobrás estão sendo divulgadas na Nota Explicativa nº 24.b.

5.2 Movimentação de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	**2.111**	**2.054**	**2.111**	**2.054**
Adições	2.576	57	2.576	57
Reversões	-	-	-	-
Saldo final	**4.687**	**2.111**	**4.687**	**2.111**

A exposição a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes e a outras contas, exceto trabalhos de construção em andamento, são divulgadas na Nota Explicativa nº 22.

5.3 Aging-list de duplicatas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
A vencer	147.562	128.423	103.492	105.240
Vencidos				
Até 3 meses	6.467	22.470	6.467	22.470
De 3 a 6 meses	4.062	605	4.062	605
De 6 a 12 meses	12.602	2.157	12.602	2.157
Acima de 12 meses	1.837	3.556	1.837	3.556
	24.968	28.788	24.968	28.788
Total	172.530	157.211	128.460	134.028

6 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 decorrem de transações com a Companhia, sua controladora, suas controladas, empresas ligadas e pessoal chave, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
Ativo	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Não circulante				
Operações de mútuo e cessões de crédito				
ERG Projetos e Construções	-	2.572	-	2.572
Cavan Pré-Moldado S.A.	-	51.203	-	51.203
CIME Participações S.A.	-	7.452	-	7.452
EBAC-Empresa Brasileira de Artefatos de Concreto	-	685	-	685
Guarupart Participações Ltda.	-	6.315	-	-
AGT Com. Var. Equip. Mat. Constr. Ltda	2.816	2.274	2.816	2.274
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	1.162	1.084	1.162	1.084
Quaatro SP – Construções e Montagens S.A.	476	-	476	-
Outros	1.056	125	-	-
Total de mútuo e cessões de crédito	5.510	71.710	4.454	65.270
Outras contas a receber				
CIME Participações S.A.	-	29.059	-	29.059
Alta Energia S.A.	37.153	-	37.153	-
Alusa Inginieria Ltda Sucursal Argentina	-	-	3.483	3.370
Total de Outras contas a receber	37.153	29.059	40.636	32.429
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC				
Alta Energia S.A.	-	23.877	-	23.877
Total de AFAC	-	23.877	-	23.877
Total de Partes Relacionadas	42.663	124.646	45.090	121.576

	Consolidado		Controladora	
Passivo	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Não circulante				
Operações de mútuo				
Alusa Ingeníeria Centroamerica S.A.	-	-	7.429	7.125
Alumini Ingenieria Ltda. – Chile	-	-	3.651	2.928
Alusa Eng. Ltda. Sucursal Argentina.	-	-	71	80
Quaatro Participações S.A.	948	-	948	-
Outros	219	109	-	-
Total de mútuo	1.167	109	12.099	10.133
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC				
Quaatro Participações S.A.	20.998	-	20.998	-
Total de AFAC	20.998	-	20.998	-

a. Contrato de mútuo

Os contratos de mútuo entre as empresas possuem remuneração correspondente de 3% a 6% a.a. Não existem projetos ou outras receitas e despesas com empresas do grupo.
Principais transações com empresas ligadas que afetaram o resultado:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Receitas financeiras				
Juros s/ mútuos	2.014	9.702	2.139	9.931
Variação cambial s/ mútuos	1.067	-	1.783	460
Despesas financeiras				
Juros s/ mútuos	(201)	-	(340)	(597)
Variação cambial s/ mútuos	(2.857)	(1.182)	(3.968)	(2.299)
IOF s/ mútuos	-	(374)	-	(374)
	23	8.146	(386)	7.121

b. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis. A Companhia apresenta, no quadro a seguir, informações sobre remuneração chave da administração em:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Remuneração da administração/diretoria	6.431	6.846	5.527	6.235

c. Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: plano de previdência privada com contribuição definida administrada pelo Itaú Seguros e Previdência, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, vale transporte, fornecimento de refeições prontas e vale refeições. Em 31 de dezembro de 2014, os benefícios acima representaram a aplicação de R$ 130.420 na Controladora (R$ 80.743 em 2013), correspondentes respectivamente, 7,4% e 5,1% e R$ 130.514 no Consolidado (R$ 81.956 em 2013), correspondentes respectivamente, 7% e 4,8%,de sua receita operacional líquida.

d. Controladora final

A controladora da Companhia é a Quatro Participações S.A.

7 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Mercadorias para revenda	53.125	38.536	53.125	38.536
Estoques a faturar	142.669	86.230	142.669	86.230
Material de aplicação	-	192	-	192
Estoques em poder de terceiros	982	20.897	982	20.897
Provisão para perda dos estoques	(84.411)	-	(84.411)	-
	112.365	145.855	112.365	145.855

Movimentação de provisão para perda de estoques

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Saldo inicial	-	2.194	-	2.194
Adições	84.411	-	84.411	-
Reversões	-	(2.194)	-	(2.194)
Saldo final	84.411	-	84.411	-

A Companhia tem como critério constituir provisão para perda de estoques quando não há expectativa de realização do estoque e para as obras que foram concluídas e o estoque não foi revendido ou utilizado para consumo na obra.

8 Ativo fiscal corrente e passivo diferido

a. Composição do ativo fiscal corrente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
ICMS a compensar	20.211	21.008	20.211	21.008
COFINS/PIS a compensar	41.962	10.147	41.962	10.147
INSS a compensar	55.978	10.677	55.978	10.677
Retenção de IRRF s/ Prest. Serv.	36.693	465	36.693	465
Retenção de CSSL s/ Prest. Serv.	15.317	-	15.317	-
CSLL a compensar	1.067	1.410	1.067	1.410
IRPJ a compensar	-	606	-	606
IRRF s/ Mútuos	1.724	3.139	1.724	3.139
Outros	1.875	2.129	471	322
(-) Provisão transferência de ICMS	(20.098)	2.129	(20.098)	322
	154.729	49.581	153.325	47.774

b. Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis, (ii) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos tiveram a seguinte origem:

Consolidado

	31/12/14		31/12/13	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo				
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	15.648	5.899	6.759	2.510
Provisão para perda de adiantamento fornecedores	-	-	1.749	630
Provisão para devedores duvidosos	-	-	528	190
Provisão para perda de investimento	-	-	3.567	1.282
Perda de cliente Transchile	4.190	1.509	3.159	1.137
Provisão para perda de projeto no Chile	-	-	302	109
Provisão para perda em estoque	21.103	7.597	-	-
Provisão para contingências	-	-	2.997	1.078
Perdas tributárias	-	-	1.008	363
Provisão transferência de ICMS	5.025	1.808	-	-
Outras provisões	5.555	1.999	3.178	1.145
	51.521	18.812	23.247	8.444
Reclassificação	(41.776)	(15.304)	(15.902)	(5.799)
Total	9.745	3.508	7.345	2.645
Ativo fiscal diferido		13.253		9.990
Passivo				
Diferimento do lucro	55.012	19.805	11.841	4.263
Provisão de crédito de contrato	-	-	2.752	991
Depreciação do imobilizado	7.884	2.838	5.891	2.121
Outras provisões	2.185	787	947	341
	65.081	23.430	21.431	7.716
Reclassificação	(41.776)	(15.304)	(15.902)	(5.799)
Total	23.305	8.126	5.529	1.917
Passivo fiscal diferido		31.431		7.446

Controladora

	31/12/14		31/12/13	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Ativo				
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	15.648	5.899	6.759	2.510
Provisão para perda de adiantamento de fornecedores	-	-	1.749	630
Provisão para devedores duvidosos	-	-	528	190
Provisão para perda de investimento	-	-	3.567	1.282
Provisão para contingências	-	-	2.997	1.078
Provisão para perda em estoques	21.103	7.597	-	-
Provisão transferência de ICMS	5.025	1.808	-	-
Outras provisões	-	-	302	109
Total	41.776	15.304	15.902	5.799
Passivo				
Diferimento do lucro	55.012	19.805	11.841	4.263
Depreciação do imobilizado	5.698	2.051	4.545	1.636
Total	60.710	21.856	16.386	5.899
Passivo fiscal diferido		25.486		584

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Resolução CFC nº 1.189/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico. Caso apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social corrente.

A realização das diferenças temporárias, além de ocorrer em função dos resultados projetados, depende também da conclusão dos fatos contábeis ou das ações judiciais que lhes deram origem.

Os impostos diferidos passivos são provenientes de:

- Diferimento do lucro sobre os contratos de prazo de vigência superior a doze meses, firmados com pessoa jurídica de direito público ou empresa sob seu controle, empresa pública, sociedade de economia mista ou sua subsidiária; ,
- Mudança da vida útil do ativo imobilizado em relação à taxa fiscal de depreciação

c. Conciliação da taxa efetiva

A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, para os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Lucro (prejuízo) antes da tributação	37.597	43.158	40.574	41.900
I Valor base IRPJ e CSLL	12.759	14.650	13.771	14.141
Alíquota 15% IRPJ e 9% CSLL	9.023	10.358	9.738	10.056
Alíquota adicional 10% IRPJ com dedução de R$ 240	3.736	4.292	4.033	4.085
II Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas				
Adições permanents				
Despesas não dedutíveis	156	122	149	84
Doações	133	84	133	84
Equivalência patrimonial	-	232	326	1.608
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	-	782	295
Lucro auferido no exterior	-	1.614	-	1.614
Outros	11.102	1	11.102	1
Exclusões permanents				
Equivalência patrimonial	(3)	(247)	(580)	(1.119)
Variação cambial sobre investimento no exterior	-	(181)	(781)	(436)
Imposto pago no exterior passível de compensação	-	(758)	-	(758)
Outros	(2.223)	(3.024)	-	(4.279)
III Taxa efetiva				
Despesa com imposto de renda e contribuição	21.924	12.493	24.902	11.235

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
social				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.295	(26.848)	24.902	(25.564)
Imposto de renda e contribuição social correntes	629	39.341	-	36.799
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	21.924	12.493	24.902	11.235
Alíquota efetiva	58,3%	28,9%	61,4%	26,8%

d. Considerações sobre a Lei nº 12.973 (MP 627 e IN 1397)

A Companhia analisou os efeitos que poderiam advir da aplicação das disposições das Lei nº 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627/13) e concluiu que não há efeitos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014 e de 2013. Desta forma, a Administração da Companhia optou por não adotar o novo regime tributário em 2014.

9 Adiantamento a fornecedores de serviços

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Adiantamento a fornecedores nacionais	136.360	105.988	134.310	105.142
Adiantamento a fornecedores no exterior	57.816	25.352	57.816	25.352
(-) Provisão para perda de adto. a fornecedores	(6.995)	(6.995)	(6.995)	(6.995)
	187.181	124.345	185.131	123.499

	Consolidado		Controladora	
Adiantamento a fornecedores nacionais (*)	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Adto. fornecedores da Alumini Engenharia S.A.	56.725	44.579	56.725	44.579
Adto. fornecedores da Alusa Ing. S.A. Chile	1.522	766	-	-
Adto. fornecedores da Alusa Eng. Suc. Argentina	528	80	-	-
Adto. fornec. do Consórcio Alusa-MPE (Tanques)	7.020	8.585	7.020	8.585
Adto. fornec.do Consórcio Alusa-CBM (Enxofre)	21.155	30.724	21.155	30.724
Adto. fornecedores do Consórcio Alumpe (REPLAN)	3.286	2.627	3.286	2.627
Adto. fornecedores do Consórcio Ebe-Alusa (SNOX)	44.109	17.135	44.109	17.135
Adto. fornecedores do Consórcio SE RNEST (ETEL)	779	-	779	-
Adto. fornecedores do Consórcio AGT (RLAM)	1.236	1.492	1.236	1.492
	136.360	105.988	134.310	105.142

	Consolidado		Controladora	
Adiantamento a fornecedores no exterior (*)	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Adto. fornecedores do Consórcio Ebe-Alusa (SNOX)	54.643	24.567	54.643	24.567
Adto. fornec.do Consórcio Alusa-CBM (Enxofre)	2.956	568	2.956	568
Adto. fornecedores da Alumini Engenharia S.A.	217	217	217	217
	57.816	25.352	57.816	25.352

(*) Adiantamentos efetuados pela Companhia e pelos consórcios junto aos fornecedores. Os montantes apresentados dos consórcios estão registrados pelo valor correspondente a participação da Companhia nesses consórcios.

10 Investimentos

A Companhia registrou uma perda de R$ 9 no consolidado e um ganho de R$ 748 na controladora em 31 de dezembro de 2014 (R$ 44 de ganho no consolidado e R$ 1.441 de perda na controladora de 2013) de equivalência patrimonial de suas controladas e empreendimentos controlados em conjunto.

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

a. Dados sobre as participações

	Participação	Quantidade de ações/ quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio liquido	Receita	Despesas	Lucro ou (prejuízo)	Provisão Perda Investimento	Equivalência patrimonial
31/12/13														
Alusa Ingenieria Ltda. (Chile)	99,99%	284.999	46.906	34.054	80.960	52.191	11.873	64.064	16.896	94.643	(98.690)	(4.047)	-	(4.047)
Alusa Ing. Centroamerica S.A.	100,00%	2	1.319	7.216	8.535	1.243	-	1.243	7.292	2.272	(1.160)	1.112	-	1.112
Alusa Eng. Ltda Suc. Argentina	100,00%	-	12.670	455	13.125	7.307	3.481	10.788	2.337	19.970	(18.520)	1.450	-	1.450
Obras Civiles Andinas S.A	21,17%	318	611	-	611	29	-	29	582	-	(442)	(442)	-	(94)
Alusa Ing. Ltda. (Argentina)	49,00%	24.000	139	27	166	12	122	134	32	66	(163)	(97)	-	(48)
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	33,34%	12.000	1.564	-	1.564	26.065	6.820	32.885	(31.321)	-	(1.004)	(1.004)	(334)	-
Alumpe Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	50,00%	12.000	1.836	2	1.838	3.957	647	4.604	(2.766)	18	(1.073)	(1.055)	(527)	-
Alta Energia S.A.	49,98%	10.000	79.331	49.303	128.634	59.577	72.412	131.989	(3.355)	176.414	(180.343)	(3.929)	(1.679)	(287)
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	50,98%	5.098	341	34	375	290	1.159	1.449	(1.074)	9	(534)	(525)	(13)	(255)
Ajustes de equivalência patrimonial de ano anterior													-	728
Ajustes de provisão de perda de investimento ano anterior													(1.117)	-
			144.717	91.091	235.808	150.671	96.514	247.185	(11.377)	293.392	(301.929)	(8.537)	(3.670)	(1.441)
31/12/14														
Alumini Ingenieria Ltda. (Chile)	99,99%	284.999	61.483	32.311	93.794	65.756	13.944	79.700	14.094	104.678	(102.989)	1.689	-	1.689
Alusa Ing. Centroamerica S.A.	100,00%	2	1.258	7.732	8.990	220	-	220	8.770	398	(491)	(93)	-	(93)
Alusa Eng. Ltda Suc. Argentina	100,00%	-	19.156	1.142	20.298	15.535	3.636	19.171	1.127	10.916	(11.772)	(856)	-	(856)
Obras Civiles Andinas S.A	21,17%	318	520	-	520	51	-	51	469	-	(44)	(44)	-	(9)
Alusa Ing. Ltda. (Argentina)	94,00%	47.000	108	17	125	11	67	78	47	204	(186)	18	-	17
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	33,34%	12.000	671	-	671	12.680	8.459	21.139	(20.468)	-	(1.481)	(1.481)	(494)	-
Alumpe Com. Var. de Equip. e Mat. de Construção Ltda.	50,00%	12.000	782	-	782	1.695	2.661	4.356	(3.574)	-	(808)	(808)	(404)	-
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	50,98%	5.098	3.218	22	3.240	3.132	1.229	4.361	(1.121)	5.633	(5.680)	(47)	(24)	-
Ajustes de provisão de perda de investimento ano anterior													2.421	-
Alienação de investimento da Alta Energia S.A.													3.370	
			87.196	41.224	128.420	99.080	29.996	129.076	(656)	121.829	(123.451)	(1.622)	4.869	748

b. Movimentação dos saldos (Consolidado)

Movimentação dos investimentos	Saldos 31/12/13	Eliminação da Consolidação (*)	Ajuste de moeda estrangeira	Equivalência patrimonial	Saldos 31/12/14
Alusa Ingenieria Ltda. (Argentina)	14	(14)	-	-	-
Indústria Naval de Pernambuco S.A.	1	-	-	-	1
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	123	-	(16)	(9)	98
Propriedade para investimento	2.700	-	-	-	2.700
Total	2.838	(14)	(16)	(9)	2.799

(*) Em 2013 a Companhia possuía 49% de participação acionária com participação em conjunto e em 2014 passou a deter 94% de participação acionária.

c. Movimentação dos saldos (Controladora)

Movimentação dos investimentos	Saldos 31/12/13	Dividendos recebidos	Ajuste de moeda estrangeira	Equivalência patrimonial	Saldos 31/12/14
Alusa Ingenieria Ltda. (Chile)	16.894	(3.273)	(1.218)	1.689	14.092
Alusa Ingenieria de Centroamerica S.A	7.292	-	1.572	(93)	8.771
Alusa Engenharia Ltda Sucursal Argentina	2.336	-	(353)	(856)	1.127
Alusa Ingenieria Ltda. (Argentina)	14	-	14	17	45
Indústria Naval de Pernambuco S.A.	1	-	-	-	1
Obras Civiles Andinas S.A. (Argentina)	123	-	(16)	(9)	98
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	-	-	-	-	-
Alta Energia S.A.	-	-	-	-	-
Propriedade para investimento	2.700	-	-	-	2.700
Total	29.360	(3.273)	(1)	748	26.834

d. Provisão para perda de investimento

Movimentação dos saldos (Controladora e Consolidado)

Movimentação dos investimentos	Saldos 31/12/13	Ajuste Prov. Perda ano anterior	Prov. p/ Perda Investimento	Alienação de investimento	Saldos 31/12/14
Alumpe Com Var. de Equip. e Mat. de Constr. Ltda.	(1.384)	-	(404)	-	(1.788)
AGT Com. Var. de Equip. e Mat. de Constr. Ltda.	(10.442)	4.112	(494)	-	(6.824)
Green Luce Soluções Energéticas S.A.	(547)	-	(24)	-	(571)
Alta Energia S.A.	(1.679)	(1.691)	-	3.370	-
Total	(14.052)	2.421	(922)	3.370	(9.183)

11 Imobilizado

Composição dos ativos imobilizados (Consolidado)

		31/12/14			31/12/13
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.102	-	2.102	2.102
Maquinas equip. e instalações industriais	10-30	119.931	(31.739)	88.192	84.022
Guindastes e equip. de transporte	10	1.982	(1.835)	147	157
Veículos	5-25	51.288	(26.086)	25.202	26.290
Móveis e utensílios	10	8.050	(2.775)	5.275	4.329
Computadores e periféricos	20	11.500	(8.341)	3.159	4.053
Equipamentos de comunicação	10	1.762	(1.141)	621	732
Ferramentas	10	5.421	(2.338)	3.083	2.163
Aeronave	30	-	-	-	16.838
		202.036	(74.255)	127.781	140.686

Movimentação do custo (Consolidado)

	Saldo em 31/12/13	Adições	Alienações	Efeito das variações das taxas de câmbio	Saldo em 31/12/14
Terrenos	2.102	-	-	-	2.102
Maquinas equip. e instalações industriais	110.510	10.531	(836)	(274)	119.931
Guindastes e equip. de transporte	2.082	-	(100)	-	1.982
Veículos	48.494	4.805	(1.927)	(84)	51.288
Móveis e utensílios	6.323	1.840	(115)	2	8.050
Computadores e periféricos	10.540	1.070	(96)	(14)	11.500
Equipamentos de comunicação	1.567	238	(39)	(4)	1.762
Ferramentas	3.414	2.105	(70)	(28)	5.421
Aeronave	18.953	-	(18.953)	-	-
	203.985	20.589	(22.136)	(402)	202.036

Movimentação da depreciação (Consolidado)

	Saldo em 31/12/13	Adições	Alienações	Efeito das variações das taxas de câmbio	Saldo em 31/12/14
Maquinas equip. e instalações industriais	(26.488)	(9.748)	4.580	(83)	(31.739)
Guindastes e equip. de transporte	(1.925)	(10)	100	-	(1.835)
Veículos	(22.204)	(5.172)	1.300	(10)	(26.085)
Móveis e utensílios	(1.994)	(847)	72	(6)	(2.774)
Computadores e periféricos	(6.487)	(1.949)	90	5	(8.341)
Equipamentos de comunicação	(835)	(322)	14	2	(1.141)
Ferramentas	(1.251)	(1.154)	70	(3)	(2.338)
Aeronave	(2.115)	(350)	2.465	-	-
	(63.299)	(19.552)	8.691	(95)	(74.255)

Composição dos ativos imobilizados (Controladora)

		31/12/14			31/12/13
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	2.102	-	2.102	2.102
Maquinas equip. e instalações industriais	10-30	104.675	(27.913)	76.762	72.577
Guindastes e equip. de transporte	10	1.982	(1.835)	147	157
Veículos	5-25	44.719	(21.880)	22.839	23.648
Móveis e utensílios	10	7.601	(2.533)	5.068	4.223
Computadores e periféricos	20	10.846	(7.912)	2.934	3.861
Equipamentos de comunicação	10	1.465	(977)	488	597
Ferramentas	10	4.083	(1.415)	2.668	1.668
Aeronave	30	-	-	-	16.838
		177.473	(64.465)	113.008	125.671

Movimentação do custo (Controladora)

	Saldo em 31/12/13	Adições	Alienações	Saldo em 31/12/14
Terrenos	2.102	-	-	2.102
Maquinas equip. e instalações industriais	96.815	8.395	(535)	104.675
Guindastes e equip. de transporte	2.082	-	(100)	1.982
Veículos	42.404	3.488	(1.173)	44.719
Móveis e utensílios	6.015	1.678	(92)	7.601
Computadores e periféricos	9.969	967	(90)	10.846
Equipamentos de comunicação	1.313	191	(39)	1.465
Ferramentas	2.204	1.879	-	4.083
Aeronave	18.953	-	(18.953)	-
	181.857	16.598	(20.982)	177.473

Movimentação da depreciação (Controladora)

	Saldo em 31/12/13	Adições	Alienações	Saldo em 31/12/14
Maquinas equip. e instalações industriais	(24.238)	(8.111)	4.436	(27.913)
Guindastes e equip. de transporte	(1.925)	(10)	100	(1.835)
Veículos	(18.759)	(4.211)	1.090	(21.880)
Móveis e utensílios	(1.792)	(790)	49	(2.533)
Computadores e periféricos	(6.108)	(1.888)	84	(7.912)
Equipamentos de comunicação	(715)	(275)	13	(977)
Ferramentas	(536)	(879)	-	(1.415)
Aeronave	(2.114)	(350)	2.464	-
	(56.186)	(16.515)	3.802	(64.465)

12 Empréstimos e financiamentos

Consolidado

	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/14	31/12/13
a. Empréstimos					
ABC Brasil	2013-2015	CDI	CDI+0,30%a.m	35.585	27.425
ABC Brasil (SNOX) (c)	2012-2014	CDI	CDI +0,37%a.m	-	5.207
Banco Alfa (Enxofre) (b)	2011-2014	CDI	CDI+0,15%a.m	-	20.926
Banco BBM	2013-2015	CDI	CDI +0,34%a.m	2.036	8.033
Banco BIC (Enxofre) (b)	2014-2015	CDI	CDI + 1,35%a.m.	1.215	-
Banco Industrial Comercial (SNOX) (c)	2013-2014	CDI	CDI + 0,50%a.m.	-	25.600
Banco Industrial Comercial (SNOX) (d)	2013-2014	CDI	CDI + 0,60%a.m.	-	578
Banco Industrial (RLAM) (e)	2013-2015	CDI	CDI + 0,431%a.m.	7.869	8.339
Banco Mercantil (Enxofre) (b)	2013-2014	CDI	CDI + 0,53%a.m.	-	21.413
Banco Bradesco	2013-2015	CDI	CDI + 0,30%a.m.	3.048	46
Banco do Brasil	2013-2014	CDI	CDI+1,1036%a.m.	-	23.060
Banco do Brasil	2013-2015	CDI	CDI+1,1036%a.m.	-	49.207
Banco do Brasil	2013-2015	CDI	CDI+1,1077%a.m.	-	40.105
Banco do Brasil (Chile)	2013-2016	-	4,069% a.a.	2.209	3.121
Banco do Brasil (Chile)	2014-2017	-	7,164% a.a.	7.971	3.121
Banco Pine (SNOX)	2013-2014	CDI	CDI+0,3675%a.m.	-	20.171
Banco Santander	2012-2014	CDI	CDI+0,2466%a.m	-	59.329
Banco Votorantim	2011-2014	CDI	CDI+0,2547%a.m	-	78.927
				59.933	391.487
b. Arrendamento mercantil financeiro					
FINAME					
Banco do Brasil	2009-2020	Spread	4,5% a 13,5% a.a	8.973	22.665
Banco Safra	2009-2015	Spread	8% a 11,7% a.a	1.196	2.301
Banco Votorantim	2011-2016	Spread	8% a 13% a.a	3.252	4.310
Bradesco	2011-2016	Spread	8,7% a 11,7% a.a	1.625	2.202
				15.046	31.478
Leasing					
Banco Votorantim	2011-2014	Pré-fixado	1,28%a.m	-	1.435
Banco do Brasil	2011-2014	Pré-fixado	1,15% a 1,35% a.m	6	244
Banco Bic	2009-2014	CDI	CDI+0,80% a.m	2.696	46
Bradesco	2009-2015	Pré-fixado	1,05% a 1,33%a.m	2.341	5.156
Banco Itaú	2009-2016	Pré-fixado	0,988% a 1,32%a.m	2.056	6.160
Banco BICE (Chile)	2012-2016	-	0,6649% a.m.	2.006	3.572
Banco BCI (Chile)	2012-2016	-	0,9468% a.m.	1.560	1.882
Caterpillar Leasing Chile	2014-2017	-	1,94% a.m.	1.085	-
Outros	2009-2014	Pré-fixado	0,97% a 2,03%a.m	-	37
				11.750	18.532
c. Comprar e Antecipação de fornecedores					
Banco do Brasil	2014-2015	-	-	29.124	31.785
Banco ABC Brasil	2013-2014	-	-	-	138
Banco Fibra	2013-2014	-	-	-	1.022
				29.124	32.945
d. Cartão de Crédito					
Banco do Brasil	2013-2014	-	2,16% a.m.	-	7.851
				-	7.851
e. Factoring					
Banco BCI (Chile)	2014-2015	-	0,69% a.m.	11.223	14.296
Banco BICE (Chile)	2014-2015	-	0,66% a.m.	6.205	14.296
Banco Corpbanca (Chile)	2014-2015	-	0,58% a.m.	2.012	14.296

Banco Itaú (Chile)	2013-2014	-	0,81% a.m.	-	4.564
				19.440	18.860
Total				135.294	501.153
(-) Parcelas vincendas no curto prazo				(118.982)	(421.190)
Parcelas vincendas no longo prazo				16.312	79.963
2015				-	56.296
2016				7.505	7.304
2017				8.350	6.883
2018 a 2020				457	9.480
Total				**16.312**	**79.963**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por:

(a) Avais da Cavan Pré Moldado S.A. ;
(b) Recebíveis do Consórcio Alusa - CBM (Enxofre);
(c) Recebíveis do Consórcio EBE-Alusa (Snox);
(d) Recebíveis do Consórcio Alusa-MPE (Tanques);
(e) Recebíveis do Consórcio Alusa-Galvão-Tomé (RLAM);

Os demais contratos de empréstimos não possuem avais e garantias.

Os contratos de Empréstimos, Leasing e Finame não possuem cláusulas restritivas.

Controladora

	Vencimento	Indexador	Juros	31/12/14	31/12/13
a. Empréstimos					
ABC Brasil	2013-2015	CDI	CDI+0,30%a.m	35.585	27.425
ABC Brasil (SNOX) (c)	2012-2014	CDI	CDI +0,37%a.m	-	5.207
Banco Alfa (Enxofre) (b)	2011-2014	CDI	CDI+0,15%a.m	-	20.926
Banco BBM	2012-2015	CDI	CDI +0,34%a.m	2.036	8.033
Banco BIC (Enxofre) (b)	2014-2015	CDI	CDI + 1.35%a.m.	1.215	-
Banco Industrial Comercial (SNOX) (c)	2013-2014	CDI	CDI + 0,50%a.m.	-	25.600
Banco Industrial Comercial (TANQUES) (d)	2013-2014	CDI	CDI + 0,60%a.m.	-	578
Banco Industrial (RLAM) (e)	2013-2015	CDI	CDI + 0,4313%a.m	7.869	8.339
Banco Bradesco	2013-2015	CDI	CDI + 0,30%a.m.	3.048	46
Banco Mercantil (Enxofre) (b)	2013-2014	CDI	CDI + 0,53%a.m.	-	21.413
Banco do Brasil	2013-2014	CDI	CDI+1,1036%a.m.	-	23.060
Banco do Brasil	2013-2015	CDI	CDI+1,1036%a.m.	-	49.207
Banco do Brasil	2013-2015	CDI	CDI+1,1077%a.m.	-	40.105
Banco Pine (SNOX) (c)	2013-2014	CDI	CDI+0,3675%a.m.	-	20.171
Banco Santander	2012-2014	CDI	CDI+0,2466%a.m	-	59.329
Banco Votorantim	2011-2014	CDI	CDI+0,2547%a.m	-	78.927
				49.753	388.366
b. Arrendamento mercantil financeiro					
FINAME					
Banco do Brasil	2009-2020	Spread	4,5% a 13,5% a.a	8.973	22.665
Banco Safra	2009-2015	Spread	8% a 11,7% a.a	1.196	2.301
Banco Votorantim	2011-2016	Spread	8% a 13% a.a	3.252	4.310
Bradesco	2011-2016	Spread	8,7% a 11,7% a.a	1.625	2.202
				15.046	31.478
Leasing					
Banco Votorantim	2011-2014	Pré-fixado	1,28%a.m	-	1.435
Banco do Brasil	2011-2014	Pré-fixado	1,15% a 1,35% a.m	6	244
Banco Bic	2009-2014	CDI	CDI+0,80% a.m	2.696	46
Bradesco	2009-2015	Pré-fixado	1,05% a 1,33%a.m	2.341	5.156
Banco Itaú	2009-2014	Pré-fixado	1,15% a 1,32%a.m	1.359	4.474
Outros	2009-2014	Pré-fixado	0,97% a 2,03%a.m	-	37
				6.402	11.392
c. Compror e Antecipação de fornecedores					
Banco do Brasil	2013-2014	-	-	29.124	31.785
Banco ABC Brasil	2013-2014	-	-	-	138
Banco Fibra	2013-2014	-	-	-	1.022
				29.124	32.945
d. Cartão de Crédito					
Banco do Brasil	2013-2014	-	2,16% a.m.	-	7.851
				-	7.851
Total				**100.325**	**472.032**
(-) Parcelas vincendas no curto prazo				(91.943)	(397.081)
Parcelas vincendas no longo prazo				8.382	74.951

2015	-	52.991
2016	2.594	5.596
2017	5.331	6.883
2018 a 2020	457	9.481
Total	**8.382**	**74.951**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por:

(a) Avais da Cavan Pré Moldado S.A. ;
(b) Recebíveis do Consórcio Alusa - CBM (Enxofre);
(c) Recebíveis do Consórcio EBE-Alusa (Snox);
(d) Recebíveis do Consórcio Alusa-MPE (Tanques);
(e) Recebíveis do Consórcio Alusa-Galvão-Tomé (RLAM);

Os demais contratos de empréstimos não possuem avais e garantias.

Os contratos de Empréstimos, Leasing e Finame não possuem cláusulas restritivas.

13 Debêntures

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Debêntures	397.496	174.529	397.496	174.529
	397.496	174.529	397.496	174.529
Circulante	135.952	74.785	135.952	74.785
Não circulante	261.544	99.744	261.544	99.744

Em 05 de agosto de 2014 foi realizado pela Companhia o Instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição pública, com esforços restritos, sob o regime de garantia firme e melhores esforços de colocação, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia, em séria única, da segunda emissão da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 as debêntures (controladora e consolidado) são compostos por:

Debêntures	**31/12/14**
Valor original	400.000
Juros incorridos (Ago.14 a Dez.14)	9.228
Comissão de colocação das debêntures	(11.732)
	397.496

A Escritura foi firmada com base nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Companhia realizadas em 25 de julho de 2014, na qual foi deliberada as condições da emissão ("AGE"), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada "Lei das Sociedades por Ações").

As Debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Emissão de até 40.000 debêntures, com valor unitário de R$ 10, perfazendo o montante total de R$ 400.000, na data de emissão;
- Para todos os fins e efeitos legais a data de emissão das debêntures será o dia 5 de agosto de 2014;
- As debêntures serão emitidas em série única;
- As debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, todas nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados;
- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, as quais serão indicadas na escritura de emissão, as debêntures terão prazo de vencimento de 3 (três) anos contados da data da sua emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de agosto de 2017;
- A remuneração será paga aos debenturistas em periodicidade trimestral, contada da data de emissão, ou seja, nos dias 5 de fevereiro, 5 de maio, 5 de agosto e 5 de novembro de cada ano, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 5 de novembro de 2014 e o último pagamento ocorrerá na data de vencimento;
- O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa. As debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros, denominadas "Taxa DI over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, acrescida de um *spread* ou sobretaxa de 4,10% ao ano;

  As debêntures e as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da oferta estão garantidos por meio de: (i) alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da Companhia; (ii) cessão fiduciária da totalidade ou parte dos direitos creditórios, existentes ou futuros da Companhia em decorrência dos Contratos em Garantia, observado que a cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do Contrato Cafor e do Contrato HCC/Comperj; (iii) cessão fiduciária da totalidade da Companhia relacionados às Contas Vinculadas; e (iv) todos os rendimentos e produtos resultantes de cada um dos direitos mencionados, incluindo juros, dividendos, prêmios, bônus, multas indenizações e outras rendas da Companhia.

  Os recursos captados por meio da oferta fazem parte de planejamento financeiro da Companhia, que foram utilizados para liquidação de contratos que representavam dividas de curto prazo, com o alongamento da dívida com custos menores, aliviando o impacto no fluxo de caixa e reforçando capital de giro da Companhia. Vale ressaltar, que inclusive a primeira emissão das debêntures foi quitada no momento da segunda emissão das debêntures.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Fornecedores	376.196	185.720	360.080	170.720
Partes relacionadas (nota 6)	1.167	109	12.099	10.133
Outras contas a pagar - Consorciadas	61.435	24.751	61.435	24.751
Contas a pagar - Fornecedores	30.111	25.175	29.345	13.921
	468.909	235.755	462.959	219.525
Não circulante	1.167	109	12.099	10.133
Circulante	467.742	235.646	450.860	209.392

A Companhia e suas controladas avaliaram o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2014 e 2013 e concluiu que não há valores para ajuste nas demonstrações contábeis.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 22.

15 Adiantamento de clientes

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
ERG Projetos e Construções Ltda.	28.371	-	28.371	-
UHE Ferreira Gomes	11.166	-	11.166	-
SE Abdon Batista, SE Gaspar e LT Associados	4.499	-	4.499	-
NBTE – Trecho 5	3.628	-	3.628	-
Adto. de clientes da Alumini Chile	19.560	-	-	-
Adto. de clientes da Alumini Sucursal Argentina	9.701	-	-	-
Adiantamentos de clientes diversos	392	799	392	799
	77.317	799	48.056	799

16 Parcelamento de impostos

A Companhia aderiu ao programa de reparcelamento de tributos, facultado pela Lei nº 11.941/09. Parte dos saldos relativos aos impostos serão pagos em 180 parcelas, mensais, iguais e consecutivas.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Parcelamento de PIS e COFINS	9.760	9.935	9.760	9.935
Parcelamento migração PAEX	4.309	6.128	4.309	6.128
Parcelamento – Consórcio SNOX	8.453	-	8.453	-
Parcelamento – Consórcio Tanques	5.192	-	5.192	-
Parcelamento – Consórcio RLAM	3.584	3.151	3.584	3.151
Parcelamento – Consórcio Alumpe	592	-	592	-
Parcelamento – Consórcio Enxofre	354	-	354	-
Parcelamento de Imposto de Renda	8.902	-	8.902	-
	41.146	19.214	41.146	19.214
Circulante	5.571	3.786	5.571	3.786
Não circulante	35.575	15.428	35.575	15.428

17 Provisão para contingências

A Companhia é parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Cível	2.276	56	2.206	56
Trabalhista	12.706	11.722	12.706	11.722
Tributária	614	164	614	164
Societária	-	50	-	50
	15.596	11.992	15.526	11.992

Adicionalmente, a Companhia tem outros processos classificados pelos assessores jurídicos como de perda possível, que em 31 de dezembro 2014 somavam R$ 40.831 (R$ 19.007 em 31 de dezembro de 2013) em processos tributários, R$ 14.191 em processos trabalhistas (R$ 9.575 em 31 de dezembro de 2013) e R$ 144.567 em processos cíveis (R$ 36.966 em 31 de dezembro de 2013), dos quais são periodicamente reavaliados pela Administração, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações contábeis.

Movimentação de Provisão para contingências

a. Cível

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	56	466	56	99
Adições	2.220	-	2.150	-
Reversões/Baixas	-	(410)	-	(43)
Saldo final	2.276	56	2.206	56

b. Trabalhista

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	11.722	7.111	11.722	7.111
Adições	984	5.614	984	5.614
Reversões/Baixas	-	(1.003)	-	(1.003)
Saldo final	12.706	11.722	12.706	11.722

c. Tributária

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	164	164	164	164
Adições	450	-	450	-
Reversões/Baixas	-	-	-	-
Saldo final	614	164	614	164

d. Societária

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Saldo inicial	50	50	50	50
Adições	-	-	-	-
Reversões/Baixas	(50)	-	(50)	-
Saldo final	-	50	-	50

18 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social em 31 de dezembro de 2014 e 2013, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 204.966.000 ações nominativas no valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada. A composição societária da Companhia em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Ações Preferenciais	Ações Ordinárias	Total de ações
Quaatro Participações S.A.	102.482.999	102.483.000	204.965.999
José Lazaro Alves Rodrigues	1	-	1
	102.483.000	102.483.000	204.966.000

b. Reserva de lucros

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

- **Retenção de lucros**

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas.

c. Remuneração aos acionistas

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Segue a demonstração da remuneração aos acionistas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014:

	%	31/12/14
Lucro líquido do exercício		15.672
Constituição da reserva legal	5%	(784)
Lucro líquido ajustado		14.888
Dividendos mínimos obrigatórios	**25%**	3.722

19 Receita

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Serviços prestados	1.748.598	1.211.973	1.632.606	1.095.088
Revenda de mercadorias	280.929	605.069	280.929	605.069
Receita operacional bruta	2.029.527	1.817.042	1.913.535	1.700.157
Impostos sobre receita de serviços prestados e revendas de mercadorias	(125.772)	(117.118)	(125.772)	(117.118)
Devoluções de mercadorias	(35.197)	(8.914)	(35.197)	(8.914)
Deduções	(160.969)	(126.032)	(160.969)	(126.032)
Receita operacional líquida	1.868.558	1.691.010	1.752.566	1.574.125

20 Administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Despesas com pessoal	(23.024)	(21.367)	(15.912)	(14.233)
Despesas administrativas	(20.673)	(12.957)	(15.806)	(10.327)
Honorários da administração	(6.430)	(6.846)	(5.527)	(6.235)
	(50.128)	(41.170)	(37.245)	(30.795)

21 Resultado financeiro

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Receita financeira				
Juros sobre mútuos	2.014	9.702	2.139	9.931
Variação cambial	4.645	5.604	4.715	5.939
Atualização monetária	2.289	1.114	2.256	1.114
Descontos obtidos	803	1.763	768	1.664
Juros sobre aplicações financeiras	3.813	1.647	2.720	649
Outros	-	870	-	753
	13.564	20.700	12.598	20.050
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimos	(37.208)	(45.382)	(36.328)	(44.432)
Juros sobre debêntures	(34.577)	(19.848)	(34.577)	(19.848)
Juros sobre leasing e Finame	(3.495)	(5.624)	(2.971)	(5.073)
Juros sobre mútuo	(201)	-	(340)	(597)
Juros sobre parcelamento	(940)	(5.671)	(940)	(5.671)
Comissão com colocação debêntures	(4.206)	(877)	(4.206)	(877)
Variação cambial	(8.393)	(3.064)	(8.011)	(3.765)
Descontos concedidos	(14.790)	(64)	(14.790)	(64)
Despesas bancárias	(9.279)	(7.842)	(9.000)	(7.109)
Encargos financeiros	(16.599)	(10.213)	(15.725)	(10.213)
Outros	(156)	(375)	(153)	(374)
	(129.844)	(98.960)	(127.041)	(98.023)
Resultado financeiro líquido	(116.280)	(78.260)	(114.443)	(77.973)

22 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
Ativos				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	3.832	15.864	735	15.179
Aplicações financeiras	35.598	86.122	25.921	76.011
Contas a receber de clientes e outros créditos	1.250.088	918.204	1.185.820	868.456
	1.289.518	1.020.190	1.212.476	959.646
Passivos				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	135.294	501.153	100.325	472.032
Debêntures	397.496	174.529	397.496	174.529
Fornecedores e outras contas a pagar	468.909	235.755	462.959	219.525
	1.001.699	911.437	960.780	866.086

b. Valor justo

Para os ativos financeiros sem mercado ativo, a Administração estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

b.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos à variação cambial.

b.2 Instrumentos financeiros "não derivativos"

Todos os instrumentos financeiros "não derivativos" (incluindo aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Debêntures, Empréstimos e financiamentos - São passivos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores de mercado dos instrumentos financeiros "não derivativos" obtidos através da metodologia acima, coincidem com o saldo contábil nos respectivos períodos.

c. Operações com derivativos

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap", "hedge" ou similares.

d. Risco de crédito

As políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

A Companhia utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos do mercado em que atua.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atualmente os recebíveis da Companhia são dos setores de Mineração, Geração e Transmissão de Energia, Óleo e Gás, principalmente com a Petrobrás – Petróleo Brasileira S/A, que é considerada a *Major* no mercado petrolífero.

A exposição máxima ao risco de crédito de contas a receber é representada pela rubrica de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que em 31 de dezembro de 2014, era de R$ 4.687, representando 0,35% do saldo de contas a receber (consolidado) em aberto. Em 31 de dezembro de 2013, esta provisão era de R$ 2.111, equivalente a 0,29%.

Também, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados as instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

Exposição a riscos de crédito

	Consolidado		Controladora	
Valor contábil	**31/12/14**	**31/12/13**	**31/12/14**	**31/12/13**
Caixa e equivalentes de caixa	**39.430**	**101.986**	**26.656**	**91.190**
Caixa	360	459	66	232
Bancos - Depósitos à vista	3.472	15.405	669	14.947
Aplicações financeiras	35.598	86.122	25.921	76.011
Recebíveis	**1.250.088**	**918.204**	**1.185.820**	**868.456**
Contas a receber de clientes	1.250.088	918.204	1.185.820	868.456
Total	1.289.518	1.020.190	1.212.476	959.646

e. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos.

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem.

A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa no conceito de *Ebitda*.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A Companhia financia o capital de giro assumindo dívidas de curto prazo, normalmente relacionados ao fluxo comercial. Os investimentos em ativos não-circulantes são financiados por meio de dívidas de longo prazo através de financiamentos de Leasing e Finame.

Vide informações quantitativas e qualitativas na Nota Explicativa nº 12, relacionada a Empréstimos e Financiamentos.

f. Risco de mercado

As políticas de gestão de riscos da Companhia incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado, e relatórios que monitoram os riscos a que estamos sujeitos.

A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados da Companhia.

g. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos (incluindo financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 dezembro de 2014 e 2013 estão assim demonstrados:

Consolidado	31/12/14	31/12/13	31/12/12
Dívida de financiamentos e empréstimos	532.790	675.682	685.807
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(39.430)	(101.986)	(154.124)
Dívida líquida	493.360	573.696	531.683
Total do Patrimônio líquido	338.145	318.912	295.943
Total do capital	831.505	892.608	827.626
Índice de alavancagem financeira - (%)	59	64	64

h. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

O grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações, empréstimos e financiamentos em debêntures a pagar.

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Consolidado 31/12/2014	Controladora 31/12/2014
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	35.598	25.921
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos	(135.294)	(100.325)
Debêntures a pagar	(397.496)	(397.496)
Líquido	(497.192)	(471.900)

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Consolidado

Exposição patrimonial Consolidado	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	35.598	Variação do CDI	11,57%	4.119	5.148	6.178	3.089	2.059
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(135.294)	Variação do CDI	11,57%	(15.654)	(19.567)	(23.480)	(11.740)	(7.827)
Debêntures	(397.496)	Variação do CDI	11,57%	(45.990)	(57.488)	(68.985)	(34.493)	(22.995)
				(61.644)	(77.055)	(92.465)	(46.233)	(30.822)
1 + 2		**Efeito**		(57.525)	(71.907)	(86.287)	(43.144)	(28.763)

Controladora

Exposição patrimonial Controladora	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 31/12/2014	Cenários				
				I - Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1 - Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	25.921	Variação do CDI	11,57%	2.999	3.749	4.499	2.249	1.500
2 - Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	(100.325)	Variação do CDI	11,57%	(11.608)	(14.510)	(17.411)	(8.706)	(5.804)
Debêntures	(397.496)	Variação do CDI	11,57%	(45.990)	(57.488)	(68.985)	(34.493)	(22.995)
				(57.598)	(71.998)	(86.396)	(43.199)	(28.799)
1 + 2		**Efeito**		(54.599)	(68.249)	(81.897)	(40.950)	(27.299)

23 Avais, garantias e fianças

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia exerce como avalista as seguintes garantias:

Empresa	Credora	Tipo	Valor
Cavan Pré-Moldados S.A.	BV Leasing	Leasing	101
Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré Moldados de Concretos S.A.	Banco Itauleasing S.A.	Leasing	366
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Itaú Unibanco S.A.	Empréstimo	1.000
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Santander	Empréstimo	10.000
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Bradesco	Empréstimo	5.900
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Bradesco	FINAME	9.314
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Itaú	FINAME	5.270
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Fibra	Empréstimo	2.083
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Safra	CDC	349
Alta Energia Empreendimentos e Construções S.A.	Banco Bradesco	CDC	206

24 Eventos subsequentes

a.) Recuperação judicial

A Companhia encontra-se em crise econômico-financeiras em razão do represamento do recebimento dos seus créditos perante a Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A., Nota Explicativa n° 5, e do exaurimento do seu fluxo de caixa relativo às obrigações de curto prazo.

Em decorrência desta situação, em 15 de janeiro de 2015, a Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na lei nº 11.101/05.
Em 20 de janeiro de 2015, o pedido de recuperação judicial foi deferido pelo Juiz de Direito, Dr. Paulo Furtado de Oliveira Filho, da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da capital.

Tal medida foi adotada pela Administração para viabilizar a reestruturação e a continuidade da Companhia, dentro de um novo plano de negócios. A recuperação judicial permite que a Companhia conte com um período de 180 dias sem que os credores executem suas dividas. Durante esse período, a Companhia elaborará e apresentará em juízo o seu plano de recuperação e liquidação de obrigações, visando sempre a continuidade da mesma.

A Administração contratou assessores financeiros especializados para conduzir os processos de negociação com os credores Alvares & Marsal do Brasil, bem como assessores jurídicos Leite, Tosto & Barros advogados para representação de seus interesses.

A expectativa da Administração é a de que o processo de recuperação judicial permita viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da Companhia, com a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, visando sempre a continuidade da Companhia.

A primeira versão do plano de recuperação foi apresentado pela Companhia, em juízo, no dia 20 de março de 2015, dentro do prazo legal, para ser submetido a deliberação da Assembleia Geral de Credores da Companhia, instalada dentro de até 150 dias, contados do deferimento do processamento do pedido de recuperação (art. 56, §1o, da Lei de Recuperação). A Companhia teve que revisitar o plano, e o segundo plano foi votado e aprovado em juízo no dia 22 de setembro de 2015.

A Assembleia Geral de Credores da Companhia foi convocada para ser instalada em primeira convocação no dia 25 de setembro de 2015, que teve como deliberação a aprovação do Plano de Recuperação final apresentado. O Plano de Recuperação foi aprovado pelos presentes.

Atualmente, não há, recursos pendentes de julgamento apresentados pelos credores ou parte deles contra a homologação da aprovação do plano de recuperação judicial.

Os ajustes decorrentes da aprovação do plano de recuperação judicial pelos credores serão efetuados nas demonstrações contábeis do exercício de 2015, ou seja, no exercício onde houve a aprovação final do plano de recuperação judicial.

O Plano de Recuperação Judicial consolidado e aprovado, bem como todos os demais documentos pertinentes ao processo em questão, estão expostos no site www.aluminieng.com.

As informações relativas ao processamento dos pedidos de recuperação judicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, foram e continuarão a ser oportunamente divulgados, na forma da legislação vigente.

b.) Reivindicação dos pleitos mediante processo arbitral

No decorrer dos empreendimentos em execução com a Petrobrás, diversos serviços adicionais foram executados pela Companhia, decorrentes de solicitações de alterações do escopo do projeto solicitados pelo cliente e para não provocar impactos e atrasos nos empreendimentos, os serviços foram executados, enquanto os aditivos de contrato estavam em negociações.

Contudo, já em 2014, devido a um provável cenário de crise, a Petrobrás retardou o início de diversas negociações, além de passar a agir com morosidade nas negociações em andamento e de não ter efetuado diversos aditivos cujos méritos das alterações já haviam sido reconhecidos pela Petrobrás. Este cenário culminou com a impossibilidade da Companhia em permanecer frente aos empreendimentos contratados e, desta forma, houve a rescisão dos contratos.

Devido à existência de créditos expressamente reconhecidos pela Petrobrás e não pagos por ela, a Companhia tentou realizar negociações diretamente com a Petrobrás para o recebimento destes créditos. Contudo, após as diversas negativas da Petrobrás em iniciar as negociações dos itens em que já havia reconhecido mérito, a Companhia buscou o reconhecimento dos méritos pelos serviços adicionais realizados sob solicitação e autorização da Petrobrás e partiu para o procedimento de arbitragem, previsto contratualmente para a resolução de conflitos entre as partes.

Para abertura do processo de arbitragem, têm-se as seguintes etapas:

a) Notificação pela Requerente (Alumini) à Requerida (Petrobrás) de que irá iniciar com o processo de arbitragem, caso não haja alguma negociação entre as partes num decorrer de tempo específico (30 dias, geralmente).

b) Resposta da Requerida em relação à possibilidade de realização de negociações diretas entre as partes. Em caso de resposta negativa, há o aceite de impetração de processo arbitral.

c) Após a resposta de impossibilidade de negociação direta entre as partes, passa-se ao pedido de instauração de arbitragem (neste momento, deve-se apresentar um resumo do litígio e seu valor estimado, à Câmara de Arbitragem).

O processo de arbitragem é tocado por algum órgão específico, definido em contrato. Nos casos da Companhia, as arbitragens são tocadas pela Câmara de Comércio Brasil Canadá (CCBC).

d) Após o recebimento do pedido de instauração da arbitragem, o centro de arbitragem notifica a parte Requerida, que envia uma resposta. A partir de então, procede-se à reunião de abertura da arbitragem e definição dos calendários. Em linhas gerais, são definidas as etapas de (i) alegações iniciais das partes; (ii) resposta às alegações iniciais das partes; (iii) réplica à resposta apresentada pelas partes; e (iv) tréplica à réplica.

Em resumo, cada parte (Companhia e Petrobrás) têm dois momentos para apresentar seus pedidos (alegações iniciais) e defendê-los (réplica) e dois momentos para defender-se dos pedidos efetuados pela outra parte (respostas às alegações iniciais e tréplica).

Frente ao exposto, uma Companhia apenas enfrenta um processo arbitral por ter plena certeza nos méritos solicitados. O processo arbitral é extenso e extremamente minucioso. Todos os pedidos apresentados precisam ser totalmente justificados e evidenciados com documentos comuns entre as partes. Os pedidos passarão, ainda, por perícias técnicas, contábeis e jurídicas, realizadas por profissionais que compõem a bancada do centro arbitral e acompanhados por equipe das partes envolvidas (Requerente e Requerido).

Ainda, é importante destacar que o processo judicial da Companhia é tocado por uma empesa de advocacia externa – a Leite, Tosto e Barros Advogados (LTB), especializada em contencioso e consultoria, em empreendimentos de grande porte dos mais relevantes setores da economia. Assim, toda e qualquer solicitação da Companhia apenas foi incluída no processo arbitral após a validação da equipe da LTB.

Os processos arbitrais impetrados pela Companhia são compostos apenas por alterações de escopo de exclusiva responsabilidade da Petrobrás e que são comprovadas (por meio de documentos bilaterais).

Diversos pleitos já foram apresentados ao centro de arbitragem com documentos que comprovam, inclusive, que a Petrobrás já havia realizado as negociações (de mérito e financeiras) e, contudo, não efetuou o aditivo pertinente para ressarcir a Companhia dos custos incorridos.

c.) Plano de recuperação

A Companhia enfrentou uma situação financeira severa ao longo do ano de 2015 em decorrência do rompimento de seus contratos com a Petrobrás, uma vez que esta passou a proceder substanciais alterações de projetos, bem como incontáveis atrasos na disponibilização de informações, liberação dos locais da obra, dentre outras obrigações acessórias não observadas, impondo à Companhia custos adicionais que não estavam orçados, gerando um enorme desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o que culminou no pedido de Recuperação Judicial em 2015.

Objetivando manter-se atuante no mercado, a Companhia vem se adaptando, adotando inúmeras medidas internas de reestruturação como redução de pessoal, corte de gastos dentre outras, além da prospecção de novos negócios no setor de energia, onde a Companhia possui experiência de mais de 50 anos no mercado, os quais serão abordados adiante.

Ressaltamos primeiramente que a Companhia não conta apenas com atividades no território nacional, haja vista também possuir investimentos no Chile e Argentina.

No Chile, a Companhia está realizando 12 (doze) obras, e tem outras 2 (duas) já finalizadas, que juntas perfazem um backlog de R$ 1.112.224, conforme demonstrado abaixo:

CHILE

Obra	Nossa Participação	% Participação	Início da Obra	Término da Obra	A Receber	% a Receber
KELAR SAMSUNG - LT 2 X 220 KV KELAR	86.816	100,00%	out/14	abr/16	47.499	54,7%
BHP ESCONDIDA - REPOTENCIAMENTO COLOSSO	13.084	100,00%	mai/13	fev/14	5.817	44,5%
EC.L - MANTECION MAYOR LT & SE - NORTE CHILE	10.223	100,00%	jun/13	jan/16	8.412	82,3%
ELETRANS -QUILQUINTA/SAESA LT 220 KV LO AQUIRRE - ALTO MELIPILLA	78.209	100,00%	set/13	ago/18	62.041	79,3%
EC.L - LT 2 X 110 kv TOCOPILLA - TAMAYA	28.325	100,00%	dez/13	dez/15	12.617	44,5%
ELETRANS -CHILQUINTA/SAESA - NUEVA LT 1 X 220 kv ALTO MELIPILLA	52.592	100,00%	dez/13	nov/18	48.516	92,2%
HIDROCHILE - EL PASO - LT 220 KV - PROYECTO EL PASO	35.839	100,00%	fev/14	nov/14	12.472	34,8%
BHP-ESCONDIDA - DOMEYCO II	46.728	100,00%	abr/14	nov/15	11.521	24,7%
ANGLO AMERICAN - ANGLO VII - MANTENCION ELÉTRICA DE PLANTA	122.768	100,00%	abr/14	abr/19	99.058	80,7%
SITRAMEL - BHP - LT 2 x 220 Kv SITRAMEL	293.282	100,00%	set/14	jun/16	149.538	51,0%
SAESA - LT 2 x 220 Kv SAN FABIÁN - ANCOA Y OBRAS ASOCIADAS	180.028	100,00%	jan/15	fev/17	166.273	92,4%
OBRAS DE MONTAJE INDUSTRIAL: ESSBIO 5 / 6/ 7 / 8: OXIQUIM FENOL; ESO PARANAL; NUEVOSUR; SONACOL; ENAMI	74.100	100,00%	jan/14	jan/16	40.989	55,3%
SIGDO KOPPERS - CONSTRUCCIÓN LT 2 X 500 kv MEJILONES - CARDONES	380.596	100,00%	mar/15	ago/17	360.474	94,7%
SAESA - EPC LT 2 X 220 kv & SUBESTACIONES - ENCUENTRO - NUEVA CRUCERO	86.997	100,00%	out/15	out/19	86.997	100,0%
TOTAL CHILE	**1.489.587**				**1.112.224**	**74,7%**

Já na Argentina, a Companhia encontra-se em franca expansão, sendo que todas as obras estão em execução e montam um backlog de R$ 122.202:

ARGENTINA

Obra	Nossa Participação	% Participação	Início da Obra	Término da Obra	A Receber	% a Receber
LAT 132 kv Tres Isletas / Juan J. Castelli + ET 132/33/13,2 kv - Provincia de Chaco	32.930	100,00%	abr/14	out/15	9.556	29,02%
LAT 132 kv ET 500/132kv Gran Parana + ampl. ET 132/33/13,2 kv	19.802	100,00%	out/14	jan/16	16.131	81,46%
IP - Provincia Buenos Aires	36.665	100,00%	ago/19	mai/15	31.915	87,04%
ET 132/33/13,2 kv Bolivar - Provincia Buenos Aires	64.600	100,00%	dez/15	dez/18	64.600	100,00%
TOTAL ARGENTINA	**153.997**				**122.202**	**79,35%**

No Brasil, com a aprovação do plano recuperatório em 25 de setembro de 2015, no âmbito do processo de Recuperação Judicial, a Companhia tomou fôlego para concentrar esforços nas obras que já estava executando, como a da iluminação pública da cidade de São Paulo (Ilume), cujo contrato foi renovado até Setembro de 2017; a obra da Matrinchã Transmissora de Energia S.A. [formada a partir de uma parceria entre a Copel (49%) e a State Grid Brazil Holding (51%)] e as obras da Alstom Energias Renováveis Ltda. e da CCE em Itu, atualmente finalizadas:

BRASIL

Obra	Nossa Participação	% Participação	Início da Obra	Término da Obra	A Receber	% a Receber
ILUME - PMSP - CONSÓRCIO SP LUZ	409.493	50,00%	set/11	dez/16	97.726	23,9%
MATRINCHÃ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A	42.500	100,00%	jan/15	dez/15	20.530	48,3%
TRANSNORTE ENERGIA S/A	266.000	100,00%	out/12	jan/18	266.000	100,0%
ALSTOM ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA	9.352	100,00%	mar/15	ago/15	4.720	50,5%
LT DOMENICO RANGONI	220.000	100,00%	out/15	out/17	220.000	100,0%
CCE - ITU	1.500	100,00%	out/15	dez/15	1.500	100,0%
VILA RENOVÁVEL - PARQUE SOLAR	123.500	100,00%	jan/16	ago/17	123.500	100,0%
STATE GRID - LOTE 6 E 7 XINGU	293.000	100,00%	ago/15	ago/18	293.000	100,0%
TOTAL BRASIL	1.365.345				1.026.976	75,2%

Conforme o quadro apresentado, além das obras mencionadas, observa-se também as obras que estão sendo executadas e ou ainda irão se iniciar, que em conjunto totalizam um backlog de R$ 1.026.976 até agosto de 2018.

Novas obras certamente surgirão ao longo do ano de 2016, uma vez que a Companhia vem investindo massivamente em sua área de Novos Negócios, buscando parcerias em mercado onde já atua e novos mercados.

Todas estas informações demonstram não somente a viabilidade da Companhia, como também confirmam as projeções dos nossos acionistas, com a consolidação das atividades e cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia.